



**Câmara dos Deputados**  
Assessoria Técnica da Liderança do PT

## **Boletim de Indicadores Econômicos**

Ano 7 – Nº 09

Setembro de 2006

(Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

**Brasília/DF**

## ÍNDICE

<b>I. Setor Real</b>	
I.1. Produção Industrial .....	02
I.2. Taxas de Desemprego .....	03
I.3. Rendimento Real Médio .....	04
I.4. PIB .....	04
I.5. Indicadores de Inflação .....	05
<b>II. Setor Público</b>	
II.1. Dívida Líquida .....	06
II.2. Déficit .....	07
II.3. Transferências Constitucionais .....	08
II.4. Dívida Mobiliária .....	11
<b>III. Setor Externo</b>	
III.1. Dívida Externa .....	12
III.2. Reservas Internacionais .....	13
III.3. Taxa de Câmbio .....	14
III.4. Balanço de Pagamentos .....	15
III.5. Balança Comercial .....	16
<b>IV. Setor Financeiro</b>	
IV.1. Taxa de Juros Selic .....	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito .....	18
IV.3. Volume de Crédito .....	19

## I. Setor Real

Tabela 1 – Produção Industrial

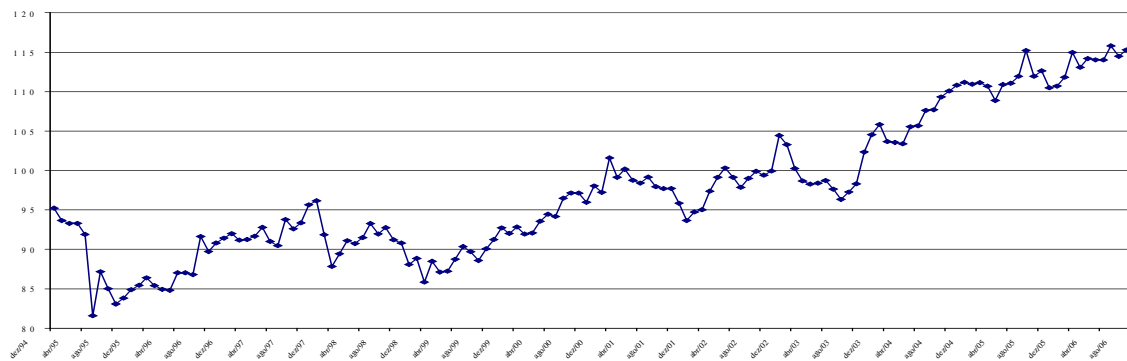
Período	Número Índice <sup>1</sup>	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)	
1994	Dez	95,2	-	7,6	
1995	Dez	86,4	-	1,8	
1996	Dez	91,2	-	1,7	
1997	Dez	87,8	-	3,9	
1998	Dez	85,8	-	-2,0	
1999	Dez	92,8	-	-0,7	
2000	Dez	101,6	-	6,6	
2001	Dez	95,0	-	1,6	
2002	Dez	100,3	-	2,7	
2003	Dez	103,7	-	0,0	
2004	Dez	111,1	-	8,3	
2005	Ago	112,6	2,3	0,6	5,0
	Set	110,5	-0,3	-1,9	4,4
	Out	110,7	-0,4	0,2	4,1
	Nov	111,8	0,8	1,0	3,5
	Dez	115,0	3,4	2,8	3,1
2006	Jan	113,1	2,2	-1,6	2,9
	Fev	114,2	4,9	1,0	3,0
	Mar	114,0	2,8	-0,2	3,3
	Abr	114,0	2,7	0,0	2,6
	Mai	115,8	3,4	1,6	2,6
	Jun	114,5	-0,6	-1,1	2,0
	Jul	115,3	3,0	0,7	2,2
	Ago	116,1	3,1	0,7	2,2

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial

(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	(em %)				
	Taxa de desemprego IBGE <sup>1</sup>		Taxa de desocupação IBGE <sup>1</sup>		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional <sup>2</sup>	São Paulo	Nacional <sup>2</sup>	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
Jan	nd	nd	10,2	11,1	16,7
Fev	nd	nd	10,6	11,5	17,1
Mar	nd	nd	10,8	11,5	17,3
Abr	nd	nd	10,8	11,4	17,5
Mai	nd	nd	10,2	10,5	17,5
Jun	nd	nd	9,4	10,5	17,5
Jul	nd	nd	9,4	9,9	17,5
Ago	nd	nd	9,4	9,4	17,1
Set	nd	nd	9,6	9,7	16,9
Out	nd	nd	9,6	9,6	16,9
Nov	nd	nd	9,6	9,7	16,4
Dez	nd	nd	8,3	7,8	15,8
2006					
Jan	nd	nd	9,2	9,2	15,7
Fev	nd	nd	10,1	10,5	16,3
Mar	nd	nd	10,4	10,6	16,9
Abr	nd	nd	10,4	10,7	16,9
Mai	nd	nd	10,2	10,5	17,0
Jun	nd	nd	10,4	10,9	16,8
Jul	nd	nd	10,7	11,3	16,7
Ago	nd	nd	10,6	11,6	16,0

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em agosto de 2006, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 10,6%, verificando-se queda de 0,1 pontos percentuais (p.p.) em relação a julho de 2006. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, foi registrada uma alta de 1,2 p.p.. Em São Paulo, a Taxa sofreu uma alta de 0,3 p.p. entre os meses de agosto de 2006 (11,6%) e julho de 2006 (11,3%). Quando comparado com agosto de 2005, foi verificou-se alta de 2,2 p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego total em São Paulo sofreu uma queda de 0,7 p.p entre os meses de agosto (16,0%) e julho de 2006 (16,7%). A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior sofreu queda de 1,1p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo <sup>1</sup>

	Ocupados <sup>2</sup>			Assalariados <sup>3</sup>		
		Rendimento (em R\$)	Número Índice <sup>4</sup>	Rendimento (em R\$)	Número Índice <sup>4</sup>	
1996	Jul	1.549	75,2	1.495	69,4	
1997	Jul	1.571	76,3	1.584	73,6	
1998	Jul	1.535	74,6	1.546	71,8	
1999	Jul	1.430	69,5	1.469	68,3	
2000	Jul	1.316	63,9	1.354	62,9	
2001	Jul	1.249	60,7	1.283	59,6	
2002	Jul	1.117	54,3	1.180	54,8	
2003	Jul	1.039	50,5	1.119	52,0	
2004	Jul	1.091	53,0	1.134	52,7	
2005	Jul	1.083	52,6	1.169	54,3	
	Ago	1.101	53,5	1.173	54,5	
	Set	1.090	53,0	1.168	54,3	
	Out	1.074	52,2	1.151	53,5	
	Nov	1.080	52,5	1.162	54,0	
	Dez	1.085	52,7	1.165	54,1	
	2006	Jan	1.087	52,8	1.165	54,1
Fev		1.069	51,9	1.137	52,8	
Mar		1.045	50,8	1.108	51,5	
Abr		1.032	50,1	1.096	50,9	
Mai		1.034	50,3	1.103	51,2	
Jun		1.064	51,7	1.123	52,2	
Jul		1.119	54,4	1.179	54,8	

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB <i>per capita</i> (valores reais de 2005)	Taxa real de variação do PIB <i>per capita</i>	Índice do PIB <i>per capita</i>
1994	349,2	5,9	77,1	9.551,6	4,2	90,8
1995	646,2	4,2	80,4	9.801,9	2,6	93,2
1996	778,9	2,7	82,5	9.909,8	1,1	94,2
1997	870,7	3,3	85,2	10.080,5	1,7	95,8
1998	914,2	0,1	85,3	9.943,7	-1,4	94,5
1999	973,8	0,8	86,0	9.873,2	-0,7	93,9
2000	1.101,3	4,4	89,7	10.151,8	2,8	96,5
2001	1.198,7	1,3	90,9	10.134,6	-0,2	96,3
2002	1.346,0	1,9	92,7	10.179,4	0,4	96,8
2003	1.556,2	0,5	93,2	10.086,6	-0,9	95,9
2004	1.766,6	4,9	97,8	10.432,9	3,4	99,2
2005	1.937,6	2,3	100,0	10.519,9	0,8	100,0

Fonte: IBGE.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

													(em %)										Últimos 12 meses	
													2005			2006								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago		Set
IGP-DI (FGV)	14,8	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	0,6	0,3	0,1	0,7	-0,1	-0,5	0,0	0,4	0,7	0,2	0,4	0,2	3,2
IGP-M (FGV)	15,2	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	0,6	0,4	0,0	0,9	0,0	-0,2	-0,4	0,4	0,8	0,2	0,4	0,3	3,3
IPC-DI (FGV)	25,9	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	0,4	0,6	0,5	0,7	0,0	0,2	0,3	-0,2	-0,4	0,1	0,2	0,2	2,5
IPA-DI (FGV)	6,4	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	0,8	0,2	-0,1	0,8	-0,1	-0,8	-0,2	0,5	1,1	0,2	0,5	0,3	3,1
IPA-Agro (FGV)	-5,6	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	0,8	0,6	0,6	0,6	-0,8	-3,2	-0,9	-0,3	1,7	0,5	1,2	1,2	2,0
IPA-Ind (FGV)	13,1	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	0,8	0,1	-0,4	0,9	0,1	-0,1	0,1	0,7	0,9	0,1	0,3	0,0	3,5
INPC (IBGE)	22,0	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	0,6	0,5	0,4	0,4	0,2	0,3	0,1	0,1	-0,1	0,1	0,0	0,2	2,9
IPCA (IBGE)	22,4	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	0,8	0,6	0,4	0,6	0,4	0,4	0,2	0,1	-0,2	0,2	0,1	0,2	3,7
IPC-SP (FIPE)	23,2	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	0,6	0,3	0,3	0,5	0,0	0,1	0,0	-0,2	-0,3	0,2	0,1	0,3	1,9
ICV (Dieese)	27,4	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	0,6	0,4	0,2	0,7	0,1	0,5	-0,1	-0,4	-0,2	-0,1	0,3	0,4	2,5

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.  
nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) registrou uma baixa na sua taxa de variação de 0,5%, em agosto, para 0,3%, em setembro. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) teve variação de 0,2% em setembro, apresentando baixa em relação ao mês anterior. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) ficou estável, sua taxa de variação foi de 0,2% em setembro.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) sofreu alta em sua taxa, 0,1% em agosto para 0,2% em setembro. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) teve variação de 0,2% em setembro, apresentando alta em relação ao mês anterior.

Em setembro, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) registrou inflação, fechando com taxa de 0,4%.

## II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público <sup>1</sup>

(R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
<b>1. Dívida total líquida (2+3)</b>	208,5	30,6	269,2	33,3	308,4	34,4	385,9	41,7	516,6	48,7	563,2	48,8	660,9	52,6	881,1	55,5	913,1	57,2	957,0	51,7	1.002,5	51,6	1.033,6	50,3
1.1 Governo federal e Bacen	90,4	13,3	128,4	15,9	167,7	18,7	231,3	25,0	316,2	29,8	353,0	30,6	411,8	32,8	560,8	35,3	578,7	36,3	601,5	32,5	664,2	34,2	705,1	34,3
1.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	72,5	10,6	93,3	11,5	115,9	12,9	113,2	12,2	147,9	13,9	161,2	14,0	203,4	16,2	258,0	16,3	278,0	17,4	306,0	16,5	305,7	15,8	307,7	15,0
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,7	1,9	22,9	2,2	24,1	2,1	26,2	2,1	35,0	2,2	38,7	2,4	45,1	2,4	44,3	2,3	45,7	2,2
1.4 Empresas Estatais	45,6	6,7	47,4	5,9	24,8	2,8	23,7	2,6	29,6	2,8	24,9	2,2	19,5	1,6	27,3	1,7	17,7	1,1	4,5	0,2	-11,8	-0,6	-24,9	-1,2
<b>2 Dívida interna líquida</b>	170,3	25,0	237,6	29,4	269,8	30,1	328,7	35,5	407,8	38,4	451,8	39,2	530,0	42,2	654,3	41,2	726,7	45,5	818,1	44,2	952,2	49,1	1.058,8	51,5
2.1 Governo federal e Bacen	66,7	9,8	115,7	14,3	150,3	16,7	192,5	20,8	233,1	22,0	267,6	23,2	308,5	24,6	363,2	22,9	418,5	26,2	476,4	25,7	617,4	31,8	724,5	35,3
2.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	70,2	10,3	90,3	11,2	111,6	12,4	107,7	11,6	139,4	13,1	151,6	13,1	192,2	15,3	239,6	15,1	261,6	16,4	290,0	15,7	292,7	15,1	295,2	14,4
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,1	1,9	22,0	2,1	22,7	2,0	24,4	1,9	32,1	2,0	36,1	2,3	42,4	2,3	42,2	2,2	43,8	2,1
2.4 Empresas Estatais	33,4	4,9	31,5	3,9	8,0	0,9	11,5	1,2	13,4	1,3	10,0	0,9	5,0	0,4	19,4	1,2	10,5	0,7	9,3	0,5	-0,2	0,0	-4,7	-0,2
<b>3. Dívida externa líquida</b>	38,1	5,6	31,6	3,9	38,6	4,3	57,2	6,2	108,8	10,3	111,3	9,6	130,8	10,4	226,8	14,3	186,5	11,7	138,9	7,5	50,3	2,6	-25,2	-1,2
3.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	23,7	3,5	12,7	1,6	17,5	2,0	38,8	4,2	83,2	7,8	85,4	7,4	103,3	8,2	197,6	12,5	160,3	10,0	125,1	6,8	46,8	2,4	-19,4	-1,0
3.2 Governos estaduais <sup>2</sup>	2,3	0,3	3,0	0,4	4,3	0,5	5,5	0,6	8,5	0,8	9,6	0,8	11,3	0,9	18,4	1,2	16,4	1,0	16,0	0,9	13,0	0,7	12,5	0,6
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	1,9	0,1
3.4 Empresas Estatais	12,2	1,8	15,9	2,0	16,8	1,9	12,2	1,3	16,2	1,5	14,9	1,3	14,6	1,2	7,9	0,5	7,1	0,5	-4,8	-0,3	-11,6	-0,6	-20,2	-1,0

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou agosto de 2006 em R\$ 1.033,6 bilhões, o que representou 50,3% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público <sup>1</sup>

(Últimos 12 meses - R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		Até agosto 2006	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
<b>1. Nominal <sup>2</sup></b>	47,0	7,3	45,7	5,9	53,2	6,1	72,5	7,9	96,2	10,0	49,3	4,5	72,1	5,2	138,3	10,3	56,3	3,6	43,8	2,5	59,1	3,1	68,7	3,4
1.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	15,4	2,4	19,9	2,6	22,9	2,6	49,4	5,4	66,2	6,9	34,5	3,1	44,5	3,7	86,7	6,4	39,4	2,5	23,7	1,3	68,7	3,6	77,8	3,8
1.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	23,1	3,6	21,1	2,7	26,4	3,0	16,4	1,8	26,1	2,7	20,0	1,8	23,1	1,9	43,8	3,3	22,9	1,5	27,5	1,6	4,8	0,3	8,4	0,4
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2,0	0,2	4,5	0,5	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,6	4,1	0,3	6,5	0,4	0,7	0,0	1,8	0,1
1.4 Empresas Estatais	8,6	1,3	4,7	0,6	3,9	0,5	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,3	-0,6	0,1	0,0	-10,1	-0,7	-13,9	-0,8	-15,1	-0,8	-19,3	-1,0
<b>2. Juros nominais <sup>2</sup></b>	48,8	7,5	45,0	5,8	44,9	5,2	72,6	7,9	127,2	13,2	87,4	7,9	105,6	8,8	190,7	14,2	122,5	7,9	124,9	7,1	152,6	7,9	159,2	7,9
2.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	18,7	2,9	22,9	2,9	20,5	2,4	54,4	6,0	88,9	9,2	54,9	5,0	66,4	5,5	118,6	8,8	78,2	5,0	76,1	4,3	124,5	6,4	132,4	6,5
2.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	21,9	3,4	16,8	2,2	19,9	2,3	12,7	1,4	27,7	2,9	24,5	2,2	30,3	2,5	52,4	3,9	34,9	2,2	43,6	2,5	21,9	1,1	23,3	1,2
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,4	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,5	4,8	0,3	5,0	0,3
2.4 Empresas Estatais	8,1	1,3	5,3	0,7	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,6	3,6	0,3	4,5	0,4	9,9	0,7	3,5	0,2	-2,6	-0,2	1,4	0,1	-1,4	-0,1
<b>3. Primário <sup>4</sup></b>	-1,7	-0,3	0,7	0,1	8,3	1,0	-0,1	0,0	-31,1	-3,2	-38,2	-3,5	-33,6	-3,6	-52,4	-3,9	-66,2	-4,3	-81,1	-4,6	-93,5	-4,8	-90,5	-4,5
3.1 Governo federal e Bacen <sup>3</sup>	-3,3	-0,5	-2,9	-0,4	2,4	0,3	-5,0	-0,6	-22,7	-2,4	-20,4	-1,9	-22,0	-1,8	-31,9	-2,4	-38,7	-2,5	-52,4	-3,0	-55,7	-2,9	-54,6	-2,7
3.2 Governos estaduais <sup>5</sup>	1,2	0,2	4,2	0,5	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,8	-16,1	-0,9	-17,2	-0,9	-14,9	-0,7
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,2	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-3,1	-0,2
3.4 Empresas Estatais	0,5	0,1	-0,6	-0,1	-0,5	-0,1	3,2	0,4	-6,3	-0,7	-11,7	-1,1	-1,1	-0,9	-9,8	-0,7	-13,6	-0,9	-11,2	-0,6	-16,4	-0,9	-17,9	-0,9

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em agosto, foi de R\$ 68,7 bilhões, o que representou 3,4% do PIB.

## Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR** – *Imposto Territorial Rural* – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE** – *Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal* – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”. da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM** – *Fundo de Participação dos Municípios* – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação** – *Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação* – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro** – *Imposto sobre Operações Financeiras Ouro* – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS** – *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FEX** – *Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações* – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE** – *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2006 até setembro - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação <sup>1</sup>	FEX	CIDE <sup>2</sup>	
<b>Acre</b>	718.834	0	93.455	849	109	527	7.057	820.831
<b>Alagoas</b>	874.137	0	61.732	7.834	4.253	4.606	14.232	966.794
<b>Amazonas</b>	586.330	10	72.899	9.397	36.597	6.065	15.010	726.307
<b>Amapá</b>	716.943	124	105.220	3.790	95	2.079	6.054	834.305
<b>Bahia</b>	1.974.367	0	150.667	34.652	78.185	13.422	70.243	2.321.537
<b>Ceará</b>	1.541.659	3	65.808	15.186	12.950	5.919	35.326	1.676.851
<b>Distrito Federal</b>	145.028	0	35.796	10.066	545	2.431	17.889	211.756
<b>Espírito Santo</b>	315.186	0	52.108	39.749	52.316	20.391	20.572	500.323
<b>Goiás</b>	597.404	0	119.502	12.444	10.972	6.197	47.603	794.122
<b>Maranhão</b>	1.516.717	7	105.231	15.652	13.169	8.867	31.405	1.691.048
<b>Minas Gerais</b>	935.997	0	397.201	120.311	139.731	35.673	106.169	1.735.083
<b>Mato Grosso do Sul</b>	279.885	0	49.832	11.511	8.943	4.720	24.122	379.013
<b>Mato Grosso</b>	484.945	155	83.096	18.096	11.580	15.472	29.676	643.020
<b>Pará</b>	1.284.278	355	108.135	40.685	52.324	26.132	29.280	1.541.189
<b>Paraíba</b>	1.006.263	0	114.180	2.680	4.299	2.338	18.706	1.148.467
<b>Pernambuco</b>	1.449.898	0	149.339	13.851	9.280	4.450	33.610	1.660.428
<b>Piauí</b>	908.030	0	59.957	2.812	553	1.816	19.343	992.512
<b>Paraná</b>	605.830	1	211.158	94.004	136.656	32.336	71.164	1.151.148
<b>Rio de Janeiro</b>	321.006	51	59.732	54.682	141.670	15.554	50.661	643.356
<b>Rio Grande do Norte</b>	877.877	0	92.984	3.376	6.264	3.100	19.959	1.003.560
<b>Rondônia</b>	591.625	66	70.977	2.325	1.790	1.883	13.059	681.725
<b>Roraima</b>	521.255	6	88.234	357	72	387	6.950	617.260
<b>Rio Grande do Sul</b>	494.800	0	211.091	93.649	171.059	30.870	61.672	1.063.142
<b>Santa Catarina</b>	268.917	0	117.201	33.483	103.499	16.825	37.605	577.529
<b>Sergipe</b>	873.128	0	77.256	2.335	867	883	12.123	966.592
<b>São Paulo</b>	210.124	5	395.734	290.349	249.496	72.034	177.731	1.395.473
<b>Tocantins</b>	911.938	0	121.531	734	204	1.058	19.873	1.055.339
<b>Total</b>	<b>21.012.401</b>	<b>782</b>	<b>3.270.059</b>	<b>934.860</b>	<b>1.247.479</b>	<b>336.035</b>	<b>997.094</b>	<b>27.798.709</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2006 até setembro - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPM	IOF ouro	FUNDEF	Desoneração ICMS	IPI - Exportação <sup>1</sup>	ITR	FEX	CIDE <sup>2</sup>	
Acre	125.822	0	55.827	283	36	75	176	2.352	184.571
Alagoas	524.340	0	187.901	2.611	1.418	192	1.535	4.744	722.742
Amazonas	310.237	24	96.141	3.132	12.199	274	2.022	5.003	429.033
Amapá	83.183	289	36.892	1.263	32	36	693	2.018	124.406
Bahia	1.961.824	0	570.505	11.551	26.062	1.598	4.474	23.414	2.599.429
Ceará	1.140.230	6	414.086	5.062	4.317	351	1.973	11.775	1.577.801
Distrito Federal	47.026	0	0	0	182	92	0	0	47.299
Espírito Santo	391.383	0	94.242	13.250	17.439	291	6.797	6.857	530.260
Goiás	798.183	0	132.288	4.148	3.657	2.480	2.066	15.868	958.689
Maranhão	917.067	15	465.088	5.217	4.390	595	2.956	10.468	1.405.796
Minas Gerais	2.888.718	0	338.935	40.104	46.577	3.573	11.891	35.390	3.365.188
Mato Grosso do Sul	325.547	0	61.822	3.837	2.981	3.031	1.573	8.041	406.831
Mato Grosso	407.388	362	81.356	6.032	3.860	2.955	5.157	9.892	517.003
Pará	796.179	828	354.363	13.562	17.441	989	8.711	9.760	1.201.832
Paraíba	706.775	0	189.763	894	1.433	174	779	6.235	906.054
Pernambuco	1.070.873	0	300.946	4.617	3.093	427	1.483	11.203	1.392.644
Piauí	570.027	0	201.668	937	184	426	605	6.448	780.297
Paraná	1.496.258	1	214.071	31.335	45.552	3.346	10.779	23.721	1.825.064
Rio de Janeiro	644.897	119	156.922	18.227	47.223	550	5.185	16.887	890.011
Rio Grande do Norte	544.760	0	160.338	1.125	2.088	193	1.033	6.653	716.191
Rondônia	202.055	153	70.052	775	597	273	628	4.353	278.887
Roraima	114.714	14	24.097	119	24	61	129	2.317	141.474
Rio Grande do Sul	1.468.914	0	197.359	31.219	57.020	3.332	10.290	20.557	1.788.692
Santa Catarina	853.769	0	113.151	11.161	34.500	771	5.608	12.535	1.031.496
Sergipe	310.343	0	132.345	778	289	121	294	4.041	448.212
São Paulo	2.953.813	11	279.973	97.051	83.165	4.241	24.011	59.244	3.501.510
Tocantins	343.688	1	100.271	245	68	826	353	6.624	452.076
<b>Total</b>	<b>21.998.016</b>	<b>1.825</b>	<b>5.030.405</b>	<b>308.536</b>	<b>415.826</b>	<b>31.275</b>	<b>111.201</b>	<b>326.401</b>	<b>28.223.487</b>

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado<sup>1</sup>

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real <sup>2</sup>
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	194,0
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	296,8
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	441,0
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	594,9
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	741,3
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	791,5
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	896,7
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	967,8
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	874,9
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	922,4
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	896,8
2005				
Ago	965,8	12,0	977,8	1.005,1
Set	977,2	11,4	988,6	1.017,5
Out	993,9	9,8	1.003,7	1.026,5
Nov	1.005,1	6,3	1.011,4	1.031,0
Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.035,8
2006				
Jan	1.049,9	6,5	1.056,4	1.068,5
Fev	1.057,4	6,2	1.063,6	1.076,4
Mar	1.075,0	6,4	1.081,4	1.099,3
Abr	1.082,9	6,0	1.088,9	1.106,8
Mai	1.096,6	6,6	1.103,2	1.117,0
Jun	1.095,2	6,3	1.101,5	1.107,9
Jul	1.119,2	6,4	1.125,6	1.130,2
Ago	1.127,2	6,3	1.133,6	1.133,6

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

## III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

(US\$ bilhões)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003 <sup>1</sup>	2004 <sup>1</sup>	2005 <sup>1</sup>				2006 <sup>1</sup>
							Mar	Jun	Set	Dez	Mar
<b>1 Dívida de médio e longo prazos<sup>2</sup></b>	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	182,6	181,5	174,6	166,7	150,7	148,8
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	114,7	114,9	110,0	104,1	87,6	82,6
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	67,9	66,6	64,6	62,6	63,1	66,2
<b>2 Dívida de curto prazo</b>	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	18,7	20,5	16,8	16,4	18,8	16,9
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	18,7	20,5	16,7	16,4	18,8	16,9
<b>3 Dívida externa total<sup>3</sup></b>	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	201,9	191,3	183,2	169,5	165,7
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	114,7	114,9	110,0	104,1	87,6	82,6
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	86,7	87,0	81,3	79,0	81,9	83,1

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais <sup>1</sup>

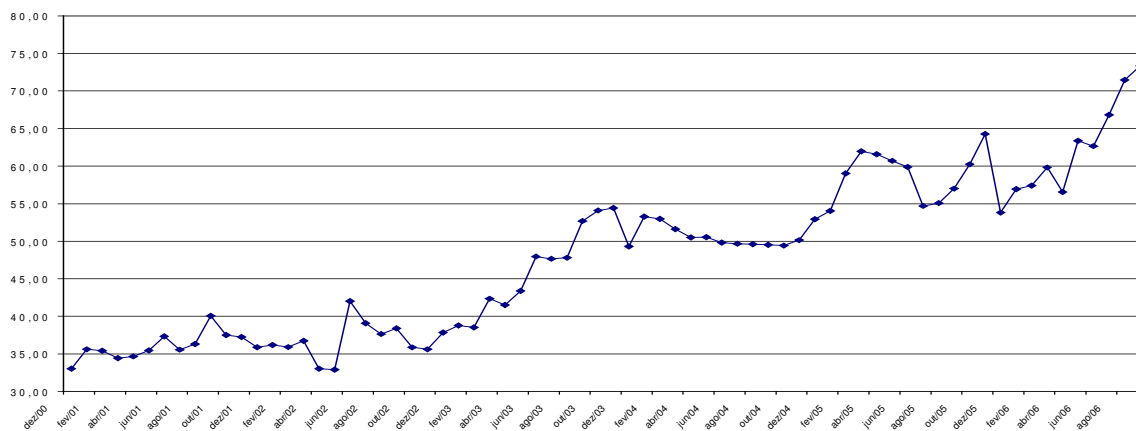
		(US\$ bilhões)
1995	Dez	51,8
1996	Dez	60,1
1997	Dez	52,2
1998	Dez	44,6
1999	Dez	36,3
2000	Dez	33,0
2001	Dez	35,9
2002	Dez	37,8
2003	Dez	49,3
2004	Dez	52,9
2005		
	Set	57,0
	Out	60,2
	Nov	64,3
	Dez	53,8
2006		
	Jan	56,9
	Fev	57,4
	Mar	59,8
	Abr	56,6
	Mai	63,4
	Jun	62,7
	Jul	66,8
	Ago	71,5
	Set	73,3

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio <sup>1</sup>

	US\$	€
1995	0,97	nd
1996	1,04	nd
1997	1,12	nd
1998	1,21	nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005		
Set	2,22	2,67
Out	2,25	2,70
Nov	2,21	2,60
Dez	2,34	2,77
2006		
Jan	2,22	2,70
Fev	2,14	2,54
Mar	2,17	2,63
Abr	2,09	2,64
Mai	2,30	2,95
Jun	2,16	2,77
Jul	2,18	2,78
Ago	2,14	2,74
Set	2,17	2,76

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em setembro de 2006 sua cotação em R\$ 2,17. Com isso, verificou-se uma alta de 1,7% em relação ao mês anterior.

Comparando setembro de 2006 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma queda de 2,2%.

A desvalorização da moeda brasileira observada durante o mês de setembro guarda a relação com os movimentos especulativos em torno da tendência da política monetária do FED norte-americano. Assim, com a eventualidade de aumento de taxa de juros naquela país, há pressão sobre o dólar em nosso mercado interno, em razão da iminência da fuga de capital para aquele centro financeiro.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros <sup>1</sup>	
	Valores	% PIB <sup>2</sup>	Valores	% PIB <sup>2</sup>	Valores	% PIB <sup>2</sup>
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,6	10.427,0	1,5	3.396,6	0,5
1996	-23.502,0	-3,0	12.388,7	1,6	3.726,6	0,5
1997	-30.452,4	-3,8	13.499,8	1,7	6.181,1	0,8
1998	-33.415,9	-4,2	15.321,0	1,9	7.163,0	0,9
1999	-25.334,8	-4,7	17.100,4	3,2	5.514,9	1,0
2000	-24.224,4	-4,0	17.095,7	2,8	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,6	17.621,2	3,5	5.226,2	1,0
2002	-7.636,8	-1,7	15.275,0	3,3	6.020,0	1,3
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	3,0	6.403,2	1,3
2004	11.711,1	1,9	15.289,0	2,5	8.257,3	1,4
2005						
Jan – Dez	14.192,7	1,8	15.713,1	2,0	13.337,2	1,7
Jan	802,1	1,3	1.161,4	1,9	391,3	0,6
Fev	129,9	0,2	1.360,1	2,2	1.390,0	2,3
Mar	1.729,4	2,6	969,3	1,5	783,0	1,2
Abr	715,4	1,1	1.772,9	2,7	1.291,9	1,9
Mai	596,6	0,9	1.141,9	1,7	1.550,5	2,3
Jun	1.285,3	1,9	1.233,0	1,8	1.061,4	1,6
Jul	2.566,4	3,9	1.561,5	2,3	696,3	1,0
Ago	803,4	1,2	1.465,5	2,1	1.093,9	1,6
Set	2.387,6	3,5	1.155,1	1,7	742,8	1,1
Out	878,8	1,3	1.533,6	2,3	1.259,1	1,9
Nov	1.730,9	2,6	1.144,1	1,7	783,6	1,2
Dez	566,9	0,9	1.214,7	1,8	2.293,4	3,5
2006						
Jan	-293,2	-0,4	1.771,2	2,5	1.562,2	2,2
Fev	703,2	1,0	1.229,9	1,8	866,9	1,2
Mar	1.370,7	1,8	1.280,8	1,7	1.507,3	2,0
Abr	226,0	0,3	1.428,2	1,9	1.632,3	2,2
Mai	466,6	0,6	1.153,0	1,5	2.044,7	2,7
Jun	613,6	0,8	1.586,4	2,1	2.048,1	2,7
Jul	3.043,4	4,0	1.474,4	1,9	914,0	1,2
Ago	2.094,5	2,7	1.141,9	1,5	1.043,8	1,3

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Diante deste quadro, pode-se destacar que o acumulado de Remessa de Juros de janeiro a agosto de 2006 alcançou R\$ 11,1 bilhões, ou seja, 3,8% a mais que no mesmo período de 2005. Destaca-se também o acumulado da Remessa de Lucros que alcançou R\$11,6 bilhões até agosto de 2006, contra R\$ 8,3 bilhões no mesmo período de 2005, ou seja, um salto de 40,7%.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice <sup>1</sup>	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice <sup>1</sup>	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005								
Jan	7,4	98,1	211,0	5,3	63,9	127,8	2,2	34,2
Fev	7,8	100,2	215,4	5,0	65,1	130,3	2,8	35,1
Mar	9,3	101,5	218,2	5,9	65,7	131,4	3,3	35,8
Abr	9,2	104,1	223,8	5,3	66,4	132,8	3,9	37,7
Mai	9,8	106,0	227,9	6,4	67,9	135,9	3,4	38,1
Jun	10,2	106,8	229,7	6,2	68,5	137,1	4,0	38,3
Jul	11,1	108,9	234,2	6,1	69,1	138,2	5,0	39,9
Ago	11,3	111,2	239,1	7,7	71,1	142,3	3,7	40,1
Set	10,6	112,9	242,8	6,3	71,7	143,5	4,3	41,2
Out	9,9	114,0	245,1	6,2	72,1	144,2	3,7	41,9
Nov	10,8	116,6	250,7	6,7	72,7	145,5	4,1	43,9
Dez	10,9	118,3	254,4	6,6	73,6	147,2	4,3	44,7
2006								
Jan	9,3	120,1	258,3	6,4	74,8	149,6	2,8	45,4
Fev	8,8	121,1	260,5	5,9	75,7	151,5	2,8	45,4
Mar	11,4	123,2	265,0	7,7	77,5	155,1	3,7	45,7
Abr	9,8	123,8	266,3	6,7	78,9	157,8	3,1	45,0
Mai	10,3	124,3	267,3	7,2	79,8	159,6	3,0	44,5
Jun	11,4	125,5	269,9	7,4	80,9	162,0	4,1	44,6
Jul	13,6	128,1	275,4	8,0	82,9	165,8	5,6	45,2
Ago	13,6	130,4	280,4	9,1	84,3	168,7	4,5	46,1
Set	12,5	132,3	284,5	8,1	86,1	172,3	4,4	46,2

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

As exportações, em setembro de 2006, totalizaram US\$ 12,5 bilhões, uma cifra recorde histórica no comércio exterior brasileiro. Em relação a setembro de 2005, as exportações cresceram 18,0%.

As importações somaram US\$ 8,1 bilhões. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, as compras externas elevaram-se 28,6%.

O saldo de setembro no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 4,4 bilhões.

Diante deste quadro, pode-se destacar a manutenção extraordinária do valor acumulado nos últimos 12 meses das exportações acima de US\$ 120 bilhões desde o início do ano de 2006.

## IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	Acumulada no período	Taxa Real de Juros <sup>1</sup>	(em %)	
			Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM
1995	53,1	33,4	53,9	nd
1996	27,1	16,3	27,6	nd
1997	24,6	15,9	25,2	nd
1998	28,6	26,4	29,5	nd
1999	25,1	4,3	26,3	nd
2000	17,3	6,9	17,6	nd
2001	17,3	6,2	17,5	nd
2002	19,1	-5,8	19,1	nd
2003	23,3	14,5	23,4	nd
2004	16,2	3,6	16,2	nd
2005	19,0	17,6	19,1	nd
Set	1,5	1,6	19,6	19,50
Out	1,4	0,8	19,3	19,00
Nov	1,4	1,0	18,9	18,50
Dez	1,5	1,4	18,2	18,00
2006				
Jan	1,4	0,7	17,7	17,25
Fev	1,1	1,2	17,3	17,25
Mar	1,4	1,9	16,7	16,50
Abr	1,1	1,1	16,2	15,75
Mai	1,3	0,9	15,7	15,75
Jun	1,2	0,5	15,2	15,25
Jul	1,1	0,9	15,0	14,75
Ago	1,3	0,8	14,7	14,25
Set	1,1	0,8	14,2	14,25

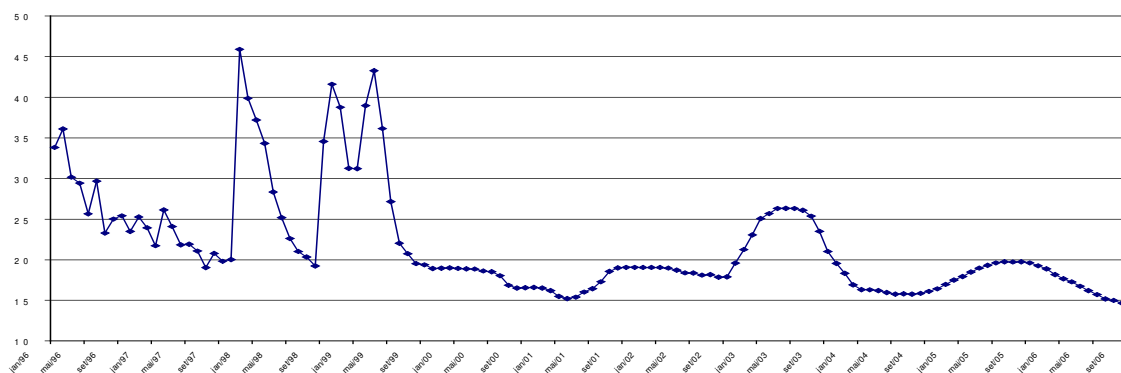
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito <sup>1</sup>

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral	
1995	171,1	nd	nd	
1996	112,2	nd	nd	
1997	81,7	nd	nd	
1998	94,4	nd	nd	
1999	87,2	nd	nd	
2000	56,9	12,0	27,2	
2001	48,9	11,8	27,0	
2002	51,4	14,5	30,0	
2003	55,6	14,7	31,9	
2004	43,9	13,0	27,2	
2005				
	Ago	42,8	13,7	28,5
	Set	44,0	14,0	29,5
	Out	43,9	14,5	29,8
	Nov	43,3	14,2	29,4
	Dez	42,7	14,0	28,8
2006				
	Jan	43,6	14,5	29,6
	Fev	43,7	15,2	30,2
	Mar	44,0	14,7	30,2
	Abri	42,9	14,9	29,7
	Mai	41,1	14,1	28,5
	Jun	40,6	13,6	28,0
	Jul	39,7	13,4	27,4
	Ago	39,6	13,5	27,5

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e fluante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB <sup>2</sup>
	Recursos Direcionados	Recursos Livres <sup>1</sup>	Total			
1994 Dez	nd	nd	nd	28,3	186,8	36,6
1995 Dez	nd	nd	nd	35,5	238,9	35,0
1996 Dez	nd	nd	nd	44,8	252,6	31,2
1997 Dez	nd	nd	nd	24,4	259,8	28,9
1998 Dez	nd	nd	nd	20,9	276,9	29,9
1999 Dez	nd	nd	nd	17,5	288,5	27,2
2000 Dez	139,3	167,7	307,0	12,3	323,1	28,0
2001 Dez	115,5	205,7	321,2	9,6	335,3	26,7
2002 Dez	146,4	222,1	368,4	12,8	383,7	24,2
2003 Dez	162,6	233,2	395,9	15,0	418,3	26,2
2004 Dez	180,8	285,4	466,2	19,2	498,7	26,9
2005						
Set	187,9	342,6	530,5	20,1	564,3	29,8
Out	190,2	nd	nd	19,9	576,0	30,1
Nov	195,2	nd	nd	20,1	590,1	30,6
Dez	203,2	nd	nd	20,6	607,0	31,2
2006						
Jan	203,4	nd	nd	20,5	609,0	31,0
Fev	202,5	nd	nd	20,8	616,0	31,2
Mar	204,6	nd	nd	20,9	626,1	31,6
Abr	206,6	nd	nd	20,8	637,7	32,0
Mai	211,1	nd	nd	21,2	654,4	32,5
Jun	212,8	nd	nd	21,0	658,8	32,5
Jul	214,3	nd	nd	21,0	668,7	32,8
Ago	214,8	nd	nd	19,0	674,3	32,8

Fonte: Bacen.

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.